



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150396 - MS (2021/0219708-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : EMERSON CHAVES PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EMERSON CHAVES PEREIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1406869-52.2021.8.12.0000).

O recorrente foi preso em flagrante por suposta prática do delito descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sendo a prisão em flagrante convertida em preventiva.

Sustenta a carência de motivação idônea para a decretação e para a manutenção de sua segregação cautelar, ante a ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema, que teria sido decretada, tão somente, com base na gravidade abstrata do delito.

Afirma que ostenta condições pessoais favoráveis, haja vista que é primário, possui residência fixa e ocupação lícita.

Destaca a excepcionalidade da prisão preventiva, bem como a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação de sua prisão preventiva, com a aplicação de medidas cautelares alternativas, caso se entenda necessária.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente